

“Não haverá cortes adicionais”

Para o secretário do Tesouro, inflação e juros vão cair e é preciso preservar o crescimento

Bloomberg News
de São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passou seus dois primeiros anos no cargo cortando gastos, não fará novas reduções este ano devido à desaceleração da economia, disse o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy.

Os comentários de Levy refletem uma mudança na política do governo Lula, cujos cortes de gastos ajudaram a diminuir o déficit público para uma soma inferior a US\$ 17 bilhões. Levy disse que a prioridade do governo é manter a maior economia da América Latina crescendo.

“No fim das contas, tem de haver crescimento”, disse Levy, 43, em entrevista em São Paulo. “Todo o resto é muito bom, mas as pessoas querem ter um padrão de vida melhor.”

Levy disse que o crescimento econômico se desacelerará para 4% este ano, comparativamente aos mais de 5% de 2004. Para aumentar a renda dos 180 milhões de brasileiros, o governo precisa que o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresça a um ritmo maior do que o crescimento anual da população, que será de 1,4% até 2006, segundo previsão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O caso da Argentina

A recuperação da Argentina após a não-quitação de sua dívida, em dezembro de 2001, e a subsequente desvalorização do peso também estão ajudando o Brasil, disse Levy. A Argentina, que esta semana começará a oferecer aos investidores a chance de trocar US\$ 100 bilhões em bônus da dívida não-quitada por novos títulos, registrou um superávit primário equivalente a cerca de 4% de seu PIB no ano passado, quando a economia do país cresceu mais de 8% pelo segundo ano consecutivo.

“Qualquer coisa que seja boa para a Argentina é boa para o Bra-

sil”, disse Levy. “Quanto mais eles crescerem, melhor.”

Os cortes de gastos realizados por Lula ajudaram a reduzir em mais de 50% a taxa anual de inflação do Brasil — baixando-a para 7,2% — desde que ele assumiu a Presidência, em janeiro de 2003, e a gerar uma alta do bônus referencial do país com vencimento em 2040. O bônus, que há um ano atingiu seu preço recorde, de 119,5 centavos por dólar de valor de face, caiu para 112,8 centavos ontem, o que fez seu rendimento ficar em 9,7%, segundo o JPMorgan Chase & Co.

A alta do bônus reduziu os custos de captação do País. A diferença de rendimento que os investidores exigem para comprar um bônus brasileiro com vencimento em 2014, em vez de um bônus referencial de dez anos do Tesouro dos Estados Unidos, caiu para 4,3 pontos percentuais, contra mais de 6 pontos em agosto passado. O México, a maior economia da América Latina, paga metade da taxa paga pelo Brasil para tomar empréstimos — utilizando-se os mesmos bônus do Tesouro dos EUA como parâmetro.

“Os comentários (de Levy) sobre as questões fiscais estão de acordo com a realidade desejada”, disse Mohammed El-Erian, que administra US\$ 18 bilhões em dívidas de mercados emergentes, incluindo bônus brasileiros, para a Pacific Asset Management Co., de Newport Beach, no Estado norte-americano da Califórnia. “A dinâmica da dívida brasileira melhorou e continuará a melhorar com a política atual.”

O Ibovespa, principal índice de ações do Brasil, que reúne as ações mais comercializadas na Bolsa de Valores de São Paulo, registrou alta

de 18% no ano passado após ter duplicado em 2003.

Orçamento federal

O orçamento aprovado pelos parlamentares para 2005 prevê um aumento de gastos de 13% em relação a 2004, adotado para cobrir a alta das despesas com transporte e outros itens. O governo pode congelar parte desses gastos no início deste ano para verificar se tem receita disponível, disse David Beker, economista para a América Latina da Merrill Lynch & Co.

“A âncora fiscal está dando alguns sinais de desgaste, de enfraquecimento”, disse Beker, em entrevista em São Paulo. “Estamos presenciando a deterioração da qualidade dos gastos, apesar dos enormes esforços realizados nos últimos dois anos para a aprovação de reformas estruturais e redução do déficit.”

Levy descartou pedidos de analistas como Rafael Guedes, da Fitch Inc., para ampliar este ano a meta do governo re-

ferente ao superávit primário — que exclui os pagamentos da dívida — de 4,25% para 5% do PIB. O governo registrou um déficit público equivalente a 2,6% do PIB em novembro passado, percentual inferior aos 5,9% do PIB observados em novembro de 2003.

Ritmo acelerado

A economia brasileira cresceu 6,1% no terceiro trimestre do ano passado, comparativamente ao mesmo período de 2003, seu ritmo mais acelerado dos últimos oito anos. Essa expansão foi impulsionada pela exportação de soja, minério de ferro e outras commodities. A previsão de crescimento de Levy para este ano é superior aos 3,6% estimados em uma pesquisa do Banco Central divulgada an-

teontem. A pesquisa ouviu mais de 100 instituições financeiras.

O governo brasileiro está obtendo sucesso na redução do coeficiente de endividamento em relação ao PIB, que em novembro de 2004 estava em 51,1%, seu nível mais baixo dos últimos três anos, disse Levy. Esse indicador — que é uma medida para a capacidade do país de manter os pagamentos dos juros de sua dívida de mais de US\$ 400 bilhões — provavelmente atingirá um nível inferior a 50% até o final de 2006, disse Levy. A dívida do México representava um quinto de sua economia até o final de setembro passado, segundo o governo do país.

Levy disse prever que as taxas de juros e a inflação brasileiras apresentarão redução este ano. O Banco Central reduziu sua taxa básica de juros no ano passado para 16% — nível registrado em abril —, comparativamente aos 27,5% de fevereiro de 2003. Nos últimos quatro meses, os responsáveis pela política monetária elevaram a taxa para 17,75%. A pesquisa divulgada ontem pelo Banco Central prevê que a taxa de juros estará em 16% até o final deste ano.

“Boa oportunidade”

“Temos uma oportunidade muito boa de registrar uma queda das taxas de juros este ano”, disse Levy, que vestia um terno azul-marinho e uma gravata azul com desenhos de coelhos, na entrevista.

Atualmente, os investidores estão “mais à vontade” com o Brasil do que no passado, o que dá ao governo espaço para estudar a venda de bônus com vencimentos mais longos, disse Levy.

“Acredito que, em muitos sentidos, as pessoas estão mais à vontade do que no passado, todos os tipos de investidores”, disse Levy. “Eles sabem que o Brasil joga limpo. Temos nossos próprios interesses, temos que defendê-los, mas acreditamos em relacionamentos de longo prazo.”



Joaquim Levy

PODER

Lessa volta à carga contra Meirelles e Levy

Samantha Lima
do Rio

Trocando a posição de combatente para espectador no debate sobre os rumos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), o economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Carlos Lessa afirma que a entrada do secretário do Tesouro, Joaquim Levy, na discussão foi comandada pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* na última segunda-feira, Levy havia comentado que “não há possibilidade de a Selic subir e a TJLP ficar parada”.

De acordo com Lessa, “a novela continua”, referindo-se ao embate ocorrido entre ele, enquanto estava à frente do BNDES, e o presidente do BC, agora com novos atores. Já

sobre seu sucessor, Guido Mantega, Lessa acredita que tenha assumido seu papel na defesa de queda do índice, que remunera 90% dos financiamentos do banco e hoje está em 9,75% ao ano.

“A entrada de Mantega me tranquilizou, já que ele não disse ou fez nada diferente do que eu defendia, além de me sinalizar que Lula está preocupado com o desenvolvimento”, disse o professor Lessa. “Mas o Joaquim Levy foi colocado na linha de frente dessa discussão por Henrique Meirelles (presidente do Banco Central), que ficou numa situação horrível ao afirmar que não contribuiu para minha saída, não podendo mais falar sobre isso”.

A conhecida “metralhadora giratória” de Lessa promove disparos na direção do se-

cretário do Tesouro. “Levy é porta-voz da visão do Fundo Monetário Internacional, onde se formou intelectual, moral e afetivamente. Ele não esconde que é neoliberal”, criticou.

Lessa não acredita na intenção do presidente do BC de baixar a TJLP — intenção que, segundo Mantega, teria sido demonstrada por Meirelles no último encontro que ambos tiveram.

“Chefe da orquestra”

“Meirelles foi o chefe da orquestra que queria acabar com as linhas de crédito do BNDES e da Caixa Econômica que usam a TJLP. Ele disse no Conselho de Desenvolvimento que a Selic era alta porque havia grande volume de créditos concedidos a taxas baixas. Caí porque ele me atacou e eu o ataquei”.

Segundo Lessa, a alta da TJLP é defendida dentro do governo por dois motivos. “É a forma que a equipe econômica tem de se eximir da culpa pelas altas seguidas na Selic e, ao mesmo tempo, defender o fim da destinação atual dos recursos ao BNDES; isso favorece os bancos privados, que querem esse dinheiro”.

Apesar de reconhecer os mesmos papéis em atores diferentes, Lessa acredita que, desta vez, o desfecho não será o mesmo de quando ele protagonizava a “novela”.

“Mantega tem três vantagens”, acrescentou Lessa. “Primeiro, ele é da completa confiança de Lula. Segundo, ele é paulista, como queria a equipe econômica. E, terceiro, porque não tem o mesmo estilo que eu. Ele é quieto”.